

FORMAÇÃO CONTINUADA E PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO LIBERTADORA: POSSIBILIDADES E LIMITES

Marcos Henrique dos Santos ¹
Ana Paula Solino Bastos ²

RESUMO

Este trabalho busca analisar as possibilidades e desafios de se empreender um processo de alfabetização baseado em princípios freireanos frente às determinações e cobranças da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), através de suas formações continuadas focadas em avaliações de larga escala. Para tanto, foi realizado, durante o ano letivo de 2023, uma pesquisa-ação, em uma turma de segundo ano de uma escola situada na zona rural do município de São José da Tapera, AL. Ao longo do relato de experiências, demonstra-se que a prática do professor fica condicionada a atender as orientações das formações continuadas oferecidas durante o período letivo, que se direcionam, preponderantemente ao alcance de resultados em avaliações de caráter, nacional, estadual e municipal. Neste processo, a qualidade e os objetivos do processo de alfabetização são orientados a serem colocados em segundo plano, substituídos por métodos direcionados ao treinamentos realizados por via de simulados para a realização das referidas avaliações. Em contrapartida aos objetivos e métodos estabelecidos pelas formações acima descritas, a pesquisa-ação trabalhou experiências direcionadas à problematização do meio natural e social ocupados pelos alunos, buscando, através de uma postura interdisciplinar, proporcionar-lhe uma alfabetização significativa. Ao final do ano letivo, os resultados apontaram que mais de noventa por cento dos alunos submetidos às atividades pedagógicas direcionadas pelo professor e pela auxiliar da turma conseguiram se alfabetizar. Ainda assim, o referido resultado não se mostrou atrativo às aspirações da SEMED. Assim, conclui-se que práticas de alfabetização libertadora comprovam-se eficientes tanto no que diz respeito aos aspectos qualitativos como quantitativos, e que devem ser utilizadas ainda que em contrapartida as orientações dos órgãos reguladores locais.

Palavras-chave: Formação continuada, alfabetização, práticas freireanas, avaliações de larga escala, resultados.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da educação brasileira a atividade docente se exerceu sobre as mais diversas condições, desde iniciativas ligadas a fins religiosos, atividades filantrópicas e, sobretudo, para a tender as demandas de qualificação de mão de obra para atividades produtivas (SAVIANI, 2008). A medida que estas atividades atingiam determinado nível de organização, legislações eram criadas para garantir organicidade e regulação do que e como se ensinava nas escolas e instituições equivalentes no Brasil.

¹ Mestrando do PPGEFOP da Universidade Federal - AL, marcos.santos2@arapiraca.ufal.com.br;

² Professor orientador: doutora, Universidade Federal - AL, ana.solino@delmiro.ufal.com.br.

Como produto desse processo de institucionalização da atividade docente, as formações passaram a desempenhar um papel de extrema importância na execução do labor educativo. Este status se estabelece tanto no que diz respeito a abertura de cursos direcionados a formação de professores, quanto a ideia de que para que se exerça a referida atividade o profissional a ela designado se mantenha em constante processo de estudo. Para garantir que tal prerrogativa se consume, passa a surgir a ideia de formações continuadas, que seriam oferecidas de maneira intercalada, em meio as atividades correntes do ano letivo.

Além de possibilitar que os professores e professoras mantivessem uma prática de estudos ou mesmo de pensar e rever suas práticas, as formações continuada se constituíram em uma maneira eficiente de assegurar que as determinações curriculares dos órgãos federais, estaduais e municipais estavam sendo cumpridas ou minimamente contempladas. Até aqui não se pode elencar nenhum fator que possa se considerar desfavorável a prática docente, tendo em vista que os mesmos não se apresentam oficialmente como impositivos, nem que infringem o descumprimentos de princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da educação Brasileira (LDB).

Entretanto, a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000 o estabelecimento do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) e as avaliações de larga escala que o definem, passou a direcionaram as secretárias estaduais e municipais de educação a entrarem numa corrida de bons resultados (MACHADO, 2020). Esse processo fez com que as formações oferecidas pelos órgãos supracitados se direcionassem a atingir metas e números cada vez mais elevados, processo que interfere diretamente na atuação docente.

Este trabalho, que se constitui em um relato de experiência pretende apresentar as dificuldades de se desenvolver um processo educativo, mais precisamente práticas de alfabetização baseada na abordagem freireana frente as orientações da Secretaria Municipal de Educação do Município de São José da Tapera oferecidas em suas formações continuadas. Enquanto referencial teórico utilizou-se como principal referência a obra de Paulo Freire como sua postura problematizadora, orientada pela Psicologia Histórico Cultural, além de autores do mesmo campo que entendem e estudam a Educação através de um viés progressista.

METODOLOGIA

Este trabalho realizou-se a partir de uma pesquisa de caráter qualitativo/participativo onde se buscou problematizar a qualidade do processo de alfabetização e não os números alcançados com a partir do método de alfabetização empregado, embora estes apareçam no corpo do texto, não foram a prioridade almejada. Para sua realização utilizou-se como referência as atividades formativas oferecidas pela Semed e as atividades pedagógicas executadas em sala de aula durante todo ano letivo de 2023.

Quanto aos dados referentes ao que se estabelece a ser cumprido pelo professor direcionado pela Secretaria Municipal de Educação, utilizou-se a participação enquanto professor da rede municipal nas formações, participação está que manifestou-se apenas como ouvinte. As orientações repassadas pela coordenação pedagógica da escola e avaliações direcionadas.

No que diz respeito ao ambiente de sala de aula, se pretende descrever as atividades direcionadas a alfabetização de uma turma de 2º ano de uma escola de zona rural do município de São José da Tapera, o qual se faz uma breve contextualização no parágrafo seguinte. As atividades pedagógicas analisadas tem uma postura interdisciplinar, revelando-se assim que não foram executadas apenas nas aula de Língua Portuguesa, mas também em outros componentes curriculares.

Por questões éticas não será mencionado o nome de nenhum membro da Semed, da escola ou dos alunos envolvidos no processo. Os mesmos serão tratados por siglas que se organizaram da seguinte forma FOR. Para formador, COOR, para coordenador da escola e A seguido de um respectivo número para designar os alunos envolvidos no processo. Enquanto instrumentos de captação de dados se utilizou de anotações bimestrais que vieram a se configurar como os pareceres que integram o diário da turma.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contexto municipal, trabalho e educação.

O município de São José da Tapera está localizado na região do semiárido alagoano, a cerca de 200 km da capital Maceió, numa região que internamente recebe a

denominação de Médio Sertão. Tem uma população de pouco mais de 30 mil habitantes e suas atividades econômicas estão ligadas a agricultura familiar, pecuária e ao setor de Serviços, com atividades ligadas ao comércio e a prestação de serviços públicos. O maior pilar das atividades econômicas citadas são os repasses federais que se dividem em programas federais de complementação de renda, aposentadorias e pensões do Instituto Nacional de Seguridade Social INSS, e o funcionalismo público.

A descrição acima demonstra como não há uma relação direta entre a educação e a formação de mão de obra, tendo em vista que para as relações de trabalho que se exercem no município não há uma qualificação específica, e a funcionalidade da educação nas atividades descritas se expressa das mais diversas formas. Contudo o elemento religioso, presente em muitas experiências educativas brasileiras, conforme se apresenta na introdução, influenciou decisivamente as experiências educativas que ainda hoje se exercem em São José da Tapera.

Tal influência processou-se devido a maior parte dos educadores do município serem provenientes do curso de magistério oferecido pela Escola João Paulo II, instalada no município por iniciativas de irmãs franciscanas de origem holandesa que ofereciam uma educação que mesclavam elementos confessionais, filantrópicos e privatistas, no que diz respeito a maneira pela qual o estudante ingressavam na escola. O que se mantinha coeso e uniforme em suas experiências educativas era sua pedagogia centrada em elementos do ensino tradicional de inspiração jesuíta, famoso por sua rigidez e hierarquia (RIBEIRO, 1998)

A intenção de mencionar a supracitada instituição neste trabalho motiva-se pela tentativa de se demonstrar como os professores da rede municipal de ensino têm em seu processo de formação profissional a influência de uma perspectiva educacional baseada na obediência. Fato que julga-se aqui como um dos fatores que levam os mesmos professores a acatarem de maneira receptiva as orientações e metas oriundas da SEMED através de suas formações permanentes. Poderia ser considerada como contraposta a afirmativa anterior o quadro em que a maior parte destes profissionais terem ensino superior, obviamente feito em outras instituições e terem tido acesso a um nível de formação mais elevado, o que os distanciariam da influência de sua formação no curso de magistério.

Entretanto, a partir do início dos anos 2000 houve uma verdadeira corrida para aquisição de formação em licenciaturas por parte dos professores da região em busca de atenderem uma exigência da Lei De diretrizes de bases da educação (LDB) que apontava

que todos os professores das redes públicas de ensino básico deveriam ter formação superior até 2007. (LDB, ArtXX). Para atender esta demanda, instituições públicas, como a Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL, passou a oferecer graduações num programa direcionado exclusivamente para professores. Na mesma época também se estabeleceram diversas instituições privadas de ensino superior direcionadas a oferta do mesmo segmento de graduação.

O problema na oferta destas graduações reside, no caso da experiência pública, é que os mesmo eram ofertados de maneira modular, onde os professores depois de uma semana exaustiva, teriam que se dedicar, da sexta-feira à tarde até o final do dia do sábado a cumprir a carga horária de todas as disciplinas. Experiência vivenciada de maneira similar a vivenciada por professores que se deslocavam até a região do semiárido pernambucano com o mesmo objetivo, mas para cursarem suas graduações em uma instituição privada a CESFASF. No que diz respeito às instituições que se instalaram na região, se enquadram no perfil das motivadas pelo fato de os cursos de licenciaturas terem um custo baixo de manutenção e focaram numa perspectiva mercantilista (SAVIANI, 2008), sem maior rigor no que diz respeito aos procedimentos e exigências.

Soma-se ainda ao quadro acima o fato de a maioria dos cursantes, todos, quando se refere a iniciativa pública, já pertenciam ao quadro de funcionários do município, tendo como um de seus maiores objetivos o aumento de seus salários. A mesma motivação pode se estabelecer a oferta e ingresso em cursos de pós graduação, primeiro em nível de especialização e mais recentemente a nível de mestrado, em ambos os casos oferecidos em sua grande maioria por instituições privadas.

Formações continuadas

Conduzidas por um ou uma profissional denominada técnica, as formações continuadas direcionadas ao professores da rede pública municipal de São José da Tapera, são oferecidas a todos os profissionais docentes, da creche ao nono ano, e constam como dia letivo, logo a ausência a uma delas se contabilizará como falta. Seu conteúdo vai de informes a metas direcionamentos pedagógicos e formação teórica. São ofertadas em datas escolhidas pela SEMED, que se relacionam como momentos decisivos do ano letivo, tais como início e termino das aulas, apresentações de programas e preparação para a realização de avaliações de larga escala.

As formações do 2º ano seguem o roteiro acima descrito e enfatizam de uma maneira contraditória por um lado “que o método por si só não alfabetiza, mas sim as intervenções do professor” frase de destaque de Magda Soares em seu livro Alfabetização e letramento. Por outro aponta a chamada consciência fonológica, na qual os alunos devem se dedicar ao aprendizado dos sons das letras, como o caminho mais rápido e eficiente para a alfabetização. Enquanto justificativa para o uso de tal orientação teórica metodológica se apresenta a argumentação de que trata-se de algo “cientificamente comprovado pela neurociência, que determinadas partes do cérebro devem ser estimuladas para que a criança aprenda a ler, determinada parte do cérebro cumpre essa função, e determinada parte cumpre esta outra”.

No que diz respeito a orientação teórica para o processo de alfabetização, a que se considerar no mínimo controversa a ideia de se apontar uma determinada concepção metodológica como formula infalível. De modo que a mesma é contestada há mais de uma década, Athur Gomes de Moraes aponta que a dita eficiência apresentada por tal método em outros países se deve na verdade a uma mescla de metodologia empregada pelos docentes e professoras (MORAIS, 2014). A ideia de que o cérebro se desenvolve a partir de uma ordem linear e com funções separadas também é contraposta pela Psicologia Histórico Cultural, (MARTINS, 2011)

As orientações teóricas, que se direcionam fundamentalmente a alfabetização das turmas de 1º e 2º ano, têm como principal objetivo a obtenção de resultados elevados nas avaliações de larga escala do Governo Federal e Governos Estadual. Dentre estas avaliações constam: A prova Saeb, a Prova do Saveal e a avaliação Nacional de fluência. Bons resultados concedem status de trabalho bem desenvolvido pelo município frente a Gerência estadual, e a escola frente a SEMED. Essas demandas criam um clima de pressão nas escolas que são ranqueadas no início e fim do ano, onde em um telão são expostos os resultados de todas as turmas e as classificações por escola. Para que se alcance os resultados nas avaliações externas, o município possui um programa de avaliações preparatórias internas, seguindo uma tendência que se iniciou desde a primeira década desde século (MACHADO, 2020).

No que diz respeito as orientações direcionadas a preparação para as avaliações de larga e curta escala o direcionamento da formadora e bem direto: “treinamento, treinamento, treinamento”. Para as avaliações compostas por provas objetivas se orienta a resolução de questões que se assemelhem as que se realizarão nas provas. Para as avaliações de curta escala a formadora, que é também a pessoal que elabora e corrige as

provas, apresenta as habilidades que serão compradas na avaliação elaborada pela mesma, destaque-se que no ano de 2023, as mesmas habilidades foram cobradas por dois bimestres seguidos, condicionando ao professor que aderir as suas orientações a seguir ensinando a mesma coisas até que os alunos obtivessem resultados positivos.

Para a avaliação de fluência, as orientações correspondem a submeter os alunos a lerem maneira mais rápida e precisa possível um conjunto de palavras aleatórias, psdeudos palavras e um texto, do qual lhe serão feitas 3 perguntas interpretativas. A própria realização dessa avaliação por parte do ministério da educação já pode ser algo questionável. Contudo, a submissão dos alunos a está prática inócua constitui-se em algo que há de se questionar o quanto pode parecer agressivo e improdutivo para turmas de alunos que muitas vezes mais da metade ainda não se alfabetizou.

Como é sabido, o professor tem autonomia para se posicionar contra a está tendência da pedagogia do exame (LUCKESI, 2011), mas o quanto custa enfrentar toda uma estrutura montada para impor determinadas práticas? Ser classificado em seu segmento como pior professor do município? Mudar de turma? Os custos, possibilidades e limites de uma ação contrária serão expostos na próxima subseção onde serão relatadas as intervenções de um relato de experiência, tal qual se expõe no resumo e introdução deste trabalho.

Intervenções problematizadoras

Antes de se explanar sobre as iniciativas direcionadas a aprendizagem dos discentes, vale a pena ressaltar que se tem total consciência de que a escola atende as demandas e orientações curriculares da SEMED, e que alguns desses direcionamentos, como o caso das avaliações de média e larga escala têm que ser realizados independente da vontade do professor. O que se quer aqui apresentar não é uma atitude de insubordinação, e sim uma postura que se ampara em princípios estabelecidos na constituição Federal e na LDB, tais quais o de que se exercerá: “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino” (BRASIL, 2024), presente em ambos os textos.

As experiências aqui expostas se amparam nesse pluralismo que busca entender a educação por diferentes vieses, dos quais um de renomado reconhecimento mundial, e que foi utilizado pelo presente educador, consiste nas propostas de alfabetização e ensino de influência freireana. Embora não se tenha utilizado da estratégia baseada em temas

geradores, o relato que se segue faz uso de uma das metodologias que permeiam toda a obra de Freire, que é a busca por se desenvolver atividades educativas que procurem problematizar a realidade cotidiana dos alunos, levando-se em conta o princípio básico de que antes de ler a palavra o indivíduo ler primeiro o mundo (FREIRE, 2013).

Norteando-se pelo princípio acima apresentado e atendendo uma das demandas estabelecidas para o primeiro ano, que é a escrita correta do nome do aluno, diariamente se desenvolveu uma atividade que consistia no atendimento da demanda supracitada, onde os alunos teriam que escrever o nome em um pedaço de papel, mas também teriam que ler uma pequena frase. Esta frase consistia em um diálogo elaborado pelo professor perguntando por algum assunto exposto pelo aluno na aula anterior ou nos momentos de acolhida. A leitura se realizava com a ajuda do professor, intervindo nas eventuais dificuldades de leitura apresentadas pelo aluno, que quase sempre ficava surpreso por ver uma fala sua, ou um tema de seu cotidiano sendo retratado de forma escrita, de modo que saía espalhando para o colega o conteúdo do texto que acabará de ler.

Além do conteúdo da fala dos discentes, que conforme já se apresentou, buscava contextualizar com o cotidiano dos discentes, a elaboração da frase, que com o desenvolvimento do aluno passa a constituir-se de um pequeno texto, busca-se obedecer alguns critérios. Um deles era o nível de desenvolvimento do aluno, tomando como referência as perspectivas da Psicologia Histórico Cultural, sobretudo, o conceito de linha de desenvolvimento proximal, partindo do que o aluno já sabe para aquilo que o mesmo venha a desenvolver (CARDOSO, 2012). Contudo, baseando-se do fato de que na atualidade a escrita se faz presente pelos mais diversos veículos e ocupa os mais diversos espaços sociais, não havia nesse processo uma limitação da complexidade das palavras escritas, de maneira que desde as primeiras atividades o aluno já se deparava com sílabas com NH, LH, DR. Para que o mesmo não se submetesse a um quadro em que na escola só visse palavras com sílabas canônicas e quando chegasse em casa se deparasse com a palavra FARINHA e não tivesse ideia de como se ler tal sentença. (MORAIS, 2014)

Esta prática se manteve presente não só na atividade de escrita do nome, mas também em todos os jogos manipuláveis, que se desenvolveram em sala de aula, tais como: o que tem na feira, onde os alunos montávamos as palavras que estavam ou com as letras ou as sílabas separadas e as agrupávamos frente a figura da fruta, legume ou verdura correspondente. Outro instrumento de muito uso durante o ano letivo foi o alfabeto móvel, que também seguiu a perspectiva de montar palavras referentes ao cotidiano dos alunos,

suas falas, suas brincadeiras, seu lanches, tudo se tornava uma temática para construção de textos.

Em todas as atividades supracitada, os alunos não demonstraram maiores dificuldades para a elaboração de palavras com o padrão, CV, VC, CCV, VVC. Todo processo se conduziu com explicação previa por parte do professor da maneira de se ler tal sílaba. Explicação que era reiterada a medida que se fazia necessário. O que se apresentava como um fator diferencial para o desenvolvimento da aprendizagem dos discentes era o fato de que o mundo da palavras que os mesmos tinha contato tinha uma relação direta com o mundo que os mesmos habitavam. Em nenhum momento se estabeleceram sentenças tais quais as exemplificadas por Freire: A uva é de Ivo, (FREIRE, 2013)

É importante ressaltar, que conforme, se discutiu em parágrafos anteriores, sobre a expansão do mundo escrito, se tem total consciência que com o advento da expansão do acesso as tecnologias como televisão e internet, os alunos tem contato com palavras e temáticas da mais variada diversidade, que são desde desenhos animados a candidatos e resultados de eleições. Desse modo, a obra em alguns de seus trabalhos, como a Pedagogia da Esperança, Freire deixa bem claro que sua ideia de ensino parte do local, mas não para que o indivíduo se limite a ele, mas para que a partir do contexto que o circunda ele passo a expandir seu entendimento o mundo que venha a conhecer (FREIRE, 2013).

O contato direcionado pelo professor com produção não diretamente relacionada com a realidade local dos alunos se dava através das leituras dos livros literários realizada dos os dias após o final do intervalo. Desta leitura, seguindo uma prática comum aos métodos globais (SOARES, 2016), eram produzidos jogos manipuláveis e textos fatiados, para ampliar a relação do educando com as produções escritas, e através de uma forma lúdica leva-lo a desenvolver o gosto pela leitura.

Ao final do ano, dos 15 alunos que concluíram, tendo em vista que a turma chegou a possui 20, dos quais 5 chegaram no decorrer no ano letivo, mas posteriormente foram transferidos, 12 conseguiram ser alfabetizados. No caso dos 3 que não conseguiram desenvolver totalmente o processo de alfabetiza. Embora estivessem num estágio bem avançados, não que se coloque como fator direto, mas as condições socioeconômicas e a estrutura familiar se demonstraram exercer grande influência nessa não consolidação. Como exemplo, uma das 3 alunas rotineiramente dormia na sala, alegando que não conseguia dormir à noite em casa por conta de “festas” realizadas pela mãe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se discutir a influência das formações continuadas e seus direcionamentos no trabalho pedagógico de professores da rede pública do município de São José da Tapera. Dentre os principais direcionamentos citados estão os treinamentos para avaliações que curta e larga escala. O texto tenta apresentar como o processo de formação do município e dos professores da rede pública exercem influência sobre seu modo de agir pedagogicamente, de maneira em que as determinações da SEMED exercem influência direta no que é exercido em sala de aula.

Em contrapartida, através de um relato de experiência, se buscou apresentar procedimentos pedagógicos que se afastam das determinações empreendidas nas referidas formações continuadas. Norteadas pelas contribuições pedagógicas da obra de Paulo Freire, o relato busca apresentar práticas direcionadas a um ensino contextualizado e reflexivo, em detrimento as orientações de se exercer literalmente treinamento para resoluções de provas.

Por fim, o trabalho não busca apresentar números fantásticos quanto a percentuais de alfabetização, embora o quadro em que de 12 de 15 alunos terminam o ano letivo alfabetizados está longe de ser desastroso, mas apontar como uma prática problematizadora pode sim gerar resultados positivos, que vão muito além dos números. Os objetivos de uma prática libertadora tem como fundamento o ensino voltado a práticas significativas que façam com que o aluno venha a compreender de maneira mais ampla o mundo que o circunda e conseqüentemente o mundo que virá a conhecer.

As possibilidades e limites de execução da referida prática se relacionam de maneira dialética, de modo que ao mesmo tempo em que, tomada a devida consciência o professor pode adorar tal postura, o mesmo também se faz refém da prerrogativas oficiais de ser funcionário de uma rede que define suas metas e objetivos. A experiência descrita neste trabalho, por sinal, foi vista como pouco significativa pela SEMED, devido ao não atingimento dos índices de aproveitamento definidos pela mesma. Entretanto, pode-se afirmar com certeza que tal experiência buscou desenvolver ao máximo a capacidade de compreensão da realidade de cada educando.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.**

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Acesso em: 15 Jul. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

Acesso em: 15 Jul. 2024.

CARDOSO, Bruna Puglisi de Assumpção. **Práticas de linguagem oral e escrita na educação infantil.** – São Paulo: Editora Anzol, 2012

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** [recurso eletrônico] . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança.** [recurso eletrônico]. -1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico.** São Paulo: Cortez, 2011

MACHADO, Cristiane; PEREIRA, Aline Gabriele. **Implicações das avaliações em larga escala nas escolas de educação básica: uma revisão de literatura.** Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/684/68464195006/> . Acesso em: 05 Mai. 2023.

MARTINS, Lígia Márcia. **O papel do trabalho no desenvolvimento do psiquismo.** In: O DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR: contribuições a luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico crítica. Bauru, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2011.

MORAIS, Artur Gomes. **Sistema de escrita alfabética.** -1.ed. São Paulo: Melhor momento, 2014.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira:** a organização escolar. 15. ed. rev. e ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 1998 (Coleção memória da educação).

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2. ed, rev. e ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2008 (Coleção memória da educação).

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** 7.ed. – São Paulo: Contexto, 2018.